



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CÂMARA TÉCNICA DE BIODIVERSIDADE

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 – Ed. Petro Tower – Sala 1601, - Bairro Enseada do Suá - Vitória - CEP 29050-335

Telefone: 2732224775

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Aos dias doze e treze do mês de março de 2019, às 09:00 horas, deu-se início à 32ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade (CTBIO), instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400. No dia 12 de março reunião ocorreu na sede da Fundação Renova e no dia 13 de março a reunião ocorreu na sede do IBAMA, ambas em Belo Horizonte/MG, e por videoconferência para demais membros, com a participação dos representantes das instituições indicadas nas listas de presença em anexo. A reunião teve início com uma discussão exclusiva para os membros da CTBIO e posteriormente apresentação dos itens de pauta, feita pelo Sr. João Carlos, coordenador da CTBIO.

Referente aos informes gerais, item 1 de pauta, o Sr. João Carlos informou que, sobre a Deliberação 212, o tema foi levado para discussão na última reunião do CIF e a Renova foi notificada pelo não cumprimento da deliberação, relatou que ainda há tempo para a realização das coletas do período chuvoso, que dura até o final do mês de março. O Sr. João Carlos solicitou que os encaminhamentos das reuniões da CTBIO sejam enviados para os membros até 24h após toda reunião dessa CT.

Referente à Cláusula 164, item 2 de pauta, o Sr. Bruno Pimenta, representante da Renova, apresentou o follow-up da cláusula, informando que a instituição para avaliação do estado de conservação está no processo de contratação e que a alínea “c” da cláusula não terá como ser entregue em 3 meses e que, caso sejam repactuados novos prazos para a alínea “b”, também sejam considerados novos prazos para a alínea “c”. A Sra. Laila Medeiros, representante da Renova, sugeriu que o **IBAMA auxilie a cobrança na entrega da documentação e proposta de trabalho junto à Fundação Biodiversitas** e informou que a **Renova apresentará os novos nomes das entidades aptas a realizar a avaliação dos estados das espécies nativas na próxima reunião ordinária da CTBIO, no dia 03 de abril**. O Sr. João Carlos solicitou que a **Renova envie as pendências de ofícios, cobranças e entregas da CTBIO para a Renova, a fim de auxiliar na gestão interna e dar celeridade nas ações dessa CT**. Em relação à aprovação das alterações metodológicas referentes à alínea “b” da Cláusula 164, pactuadas entre Fundação Renova e CEPTA/ICMBIO, o Sr. Bruno Pimenta relatou que no processo de contratação as instituições declinaram do processo relatando que alguns pontos do TR-2 não estavam claros e necessitavam de mudanças, necessitando de uma conversa e entendimento junto ao CEPTA. Foi enviado um e-mail para a CTBIO com o relato do entendimento com o CEPTA e sugestões de mudanças no TR-2, ficando pendente uma

formalização da CTBIO. Colocou que uma das dúvidas era a participação dos coordenadores de táxons e ficou definido que era interessante ter especialistas do tema, que esses coordenadores não fossem indicados pelo ICMBIO e que os mesmos deveriam atender os pré-requisitos. Frisou que o tamanho ideal da equipe foi definido e qual seria a função de cada membro. Sendo assim, após ampla discussão **as mudanças metodológicas foram aprovadas pelos membros da CTBIO.**

Referente à Cláusula 165, item 3 de pauta, o Sr. Bruno Pimenta realizou o follow-up da cláusula, relatando que a entrega do relatório final pela Econservation ainda não tem proposta de nova data por parte da empresa, relatou também que a Renova fez a revisão dos capítulos e aguarda o estudo da ictiofauna para completar o documento. Informou que o responsável técnico pela análise e revisões dos documentos da Econservation não dá nenhuma resposta às solicitações da Renova e da Econservation, o que ocasiona em um atraso na entrega dos relatórios, por isso informou para os membros a necessidade da troca desse profissional. Conforme discutido na reunião, **ficou definido que a Renova deve fazer uma cobrança oficial à Econservation solicitando um prazo de 7 dias para manifestação dos atrasos, caso não seja respondido, o profissional deve ser substituído por outro com as competências técnicas necessárias.** Quanto à Continuidade do monitoramento (Anexo 2, TR4), o Sr. Bruno Pimenta relatou que o IBAMA informou a emissão e encaminhamento da ABIO e que a CEPEMAR iniciou a mobilização novamente. Quanto ao monitoramento de tartarugas marinhas, informou do recebimento no mês de fevereiro de 2019 da NT nº 12/2018/TAMAR-Vitória-ES/DBIO/ICMBIO e da NT nº 1/2019/TAMAR-Vitória-ES/DBIO/ICMBIO e que o segundo relatório semestral está previsto para ser protocolado no mês de abril de 2019. Quanto ao acordo de cooperação FEST/UFES-RRDM, informou que o relatório de impactos agudos e crônicos foi apresentado para os membros da CTBIO e as coletas da estação chuvosa estão em andamento. Quanto ao convênio FAPEMIG, a Sra. Laila Medeiros, representante da Renova, informou que se encerrou o prazo para submissão de propostas, com 25 propostas enviadas. Em relação à proposta de escopo mínimo do monitoramento da Cl. 165, para evitar interrupção das atividades enquanto ocorrem as discussões e decisões sobre o primeiro ano, a Sra. Sara Juarez, representante da Renova, informou que existem posições divergentes quanto à Cláusula e deve se definir como irá avançar, já que o monitoramento não pode parar. A Sra. Laila apresentou a proposta de escopo mínimo, com os itens principais que não podem ser interrompidos. Relatou que a ideia é selecionar esse escopo mínimo, abrir o processo de seleção, discussão para promover a integração, redistribuição de temas e responsabilidades, cronograma de expectativas e resultados e, por fim, a implantação dos projetos. O Sr. João Carlos relatou que se preocupa com o que foi apresentado pois pode estar desconstruindo o processo da RRDM/UFES. O Sr. Junio relatou a preocupação em se privilegiar certas instituições nos processos de contratação das mesmas e que isso poderá gerar problemas futuros. O Sr. Bruno Pimenta relatou que a questão do escopo mínimo é que terá um *gap* entre os trabalhos da RRDM e que não pode haver a interrupção dos dados, devendo fazer uma seleção pois o acordo com a RRDM termina e ainda se tem 4 anos de ações a serem executadas, por isso traz uma proposta para evitar a descontinuidade. O Sr. Vinícius Lopes, representante do IEMA, relatou que a decisão de contratação da RRDM por apenas um ano foi da Renova, pois o TR fala em 5 anos de ações. O Sr. Antônio, representante do ICMBIO ressaltou a importância da continuidade do processo de monitoramento sem redução do escopo dos estudos inicialmente previstos no TR4. A Sra. Sara informou que a Renova não abrirá mão de um processo de contratação concorrencial. Após ampla discussão **os membros da CTBIO convergiram para o entendimento de que a proposta de escopo mínimo apresentada pela Fundação Renova é inadequada, devendo a Fundação dar início imediato ao processo de contratação para não haver descontinuidade do monitoramento conforme disposições previstas no TR4.** Em relação aos ajustes relacionados às revisões metodológicas do Plano de Trabalho da FEST, o Sr. Leandro Chagas informou as contribuições dos centros de pesquisa do ICMBio na referida análise e apresentou a conclusão da NT-5/2018, relatando a necessidade das adequações metodológicas e que, embora o PT não atenda tudo o que foi pedido, ele pode ser considerado um balizador para o monitoramento do primeiro ano. Informou que a NT será enviada hoje para a Renova. Caso as lacunas não sejam atendidas em 30 dias recomenda-se que o CIF aplique as sanções necessárias. O Sr. Bruno Pimenta relatou que o PMP já foi resolvido, o problema era com o Instituto Orca, mas já conseguiu a licença SISBIO e a documentação já foi acertada. Em relação à discussão quanto o atendimento da Deliberação CIF nº 212, item 3.2 de pauta, o Sr. João Carlos abriu uma discussão de quais são os caminhos para se atender o TR-4 no Estado de Minas Gerais no período chuvoso, pois há um monitoramento que não está sendo feito. A Sra. Laila informou que a Renova enviou um ofício explicando a dificuldade em se atender essa Deliberação e apresentando alternativas para tratativas. O Sr. Bruno Pimenta informou que está sendo feita uma parceria com a UNESP para avaliação ambiental e indicadores de qualidade ambiental, frisou que não dará tempo de realizar uma nova contratação no período chuvoso e que não há a possibilidade

de realizar a coleta a tempo. O Sr. Leandro Guimarães, representante do IEF, relatou que é necessário que a Renova avance com as tratativas e busque outras universidades, apresentando em paralelo a proposta metodológica da apresentação analítica. Frisou que também é necessário um documento com a análise integrada das questões e verificar se os dados do professor Dergan e do Frederico são capazes de completar a lacuna existente. **Ficou definido que será feita uma reunião no dia 15/03 no IEF com a participação da Sra. Patrícia Fernandes, representante da SEMAD e coordenadora da CT-GRSA, para lidar com o tema e sair com um prazo para ser levado à reunião do CIF, no dia 28/03.**

Referente à Cláusula 181, item 6 de pauta, o Sr. Bruno informou que foi realizada a primeira oficina diagnóstico nos dias 6 e 07/02, em Governador Valadares, envolvendo 6 UC's, e que as próximas oficinas estão programadas para as datas: 24 e 25 de abril em Mariana, 14 e 15 de junho na Bahia, 21 e 22 de junho no Espírito Santo e nos dias 12 e 13 de junho (costeiras 2). Relatou que os documentos têm previsão de serem entregues na primeira quinzena de abril/2019. A Sra. Nilcemar, representante do IEF, informou que o relatório foi entregue em cima da hora e era muito grande, dificultando a análise e eficiência da oficina, sugeriu sintetizar os relatórios, voltando para o impacto, para as questões que realmente interessam e para o propósito final da oficina. Sugeriu também que a proposta metodológica e linha de base devem estar contidas no relatório, pois serão discutidas na oficina, que a metodologia de expedição pode não ser a melhor estratégia a ser seguida e que o máximo de estudos já realizados sejam aproveitados. Por fim, relatou que a oficina não atendeu o que era proposto e que faltou a participação de mais representantes da parte acadêmica e técnica. O Sr. Antônio, representante do ICMBIO, relatou a importância de entrar em contato com os gestores das UC's, pois existem muitos estudos desenvolvidos anteriormente que podem ser aproveitados, além de que várias ações estão sendo desenvolvidas para o cumprimento das cláusulas e nenhum gestor dessas UC's foi procurado. A Sra. Laila informou da necessidade de construir um histórico das ações e impacto nas UC's e que a primeira oficina serviu como uma experiência para as demais, frisando que os gestores serão procurados para as próximas oficinas. Relatou também que a utilização dos dados de estudos anteriores já está sendo feita e esses dados aparecerão nos estudos quando necessário, informando que acredita que o documento deve conter todas as informações adquiridas e por isso não deve ser um documento menor. O Sr. Bruno Pimenta relatou que o Plano de Trabalho define o escopo dos dados secundários e o mapeamento de risco já havia sido feito anteriormente, como um instrumento de trabalho para todas as UC's. Frisou que o PT já prevê o uso de dados anteriores, mas os únicos dados validados são os dados gerados pela Fundação PRO-TAMAR e dados do PMQQS, não havendo validação até o momento dos demais dados gerados no âmbito das Cláusulas 164, 165 e 168 do TTAC.

Referente à Cláusula 182, item 7 de pauta, a Sra. Nilcemar informou que o relatório das estruturas do Parque Estadual do Rio Doce (PERD) está pendente de análise, mas terá outras respostas após reunião com o Sr. Vinícius, gestor do PERD, nos dias 14 e 15 de março. Perguntou como está a questão do fundo disponibilizado para as UC's. O Sr. Bruno Pimenta informou que é necessário o Plano de Trabalho das UC's e faltam definições e discussões do que será necessário para levantar esse fundo, frisando que não existe um modelo de fundo para as UC's, mas já existe uma proposta por parte da Renova. Quanto à UC Revis Santa Cruz, o Sr. Bruno relatou que aguarda informações do ICMBIO do que será necessário para as pendências dessa UC. **devendo entregar para a CTBIO o cronograma de ações a serem realizadas na UC Revis Santa Cruz.**

Referente à apresentação sobre a lista das espécies que serão utilizadas no estudo de Análise de Risco Ecológico, da CT-GRSA, item 21 de pauta, a Sra. Andrea Garcia, representante da empresa Golder, iniciou a apresentação relatando que o estudo está no escopo da CT-Rejeitos e que será apresentado uma análise e posteriormente a lista das espécies do estudo. Ela apresentou a área de abrangência, os objetivos e as etapas do estudo. O Sr. Lucio, representante da empresa Golder, apresentou os critérios de seleção das espécies, os indicadores e que o estudo pode gerar uma série de resultados desejáveis. Relatou que as espécies mais comuns são as mais desejáveis e tolerantes, pois trarão os melhores resultados e identificar o potencial de risco, que essas espécies trazem uma modelagem em relação ao risco ecológico que elas representam para o seu conjunto de espécies. Frisou que é difícil acertar em um só indicador e que o ideal é encontrar um representante ideal com características típicas de um grupo de espécies. Alguns representantes da CTBIO sugeriram espécies que atendem os requisitos citados pelo Sr. Lucio para serem utilizadas no estudo. O Sr. Lucio informou que em um longo período é possível de se apresentar a lista ideal de espécies, mas a ideia é que se tem uma limitação nessa análise e obter uma resposta para que cada espécie traga uma resposta para o seu grupo no geral. Frisou que existem grandes limitações mas grandes respostas a serem dadas. O Sr. João Carlos informou que a CTBIO deve emitir uma NT em resposta à essa

análise e a Sra. Eloá enviará a última versão do documento para conhecimento dos membros. Sendo assim, **o Sr. Junio, representante do IBAMA, irá minutar uma NT referente à análise da lista de espécies que serão utilizadas no estudo da Análise de Risco Ecológico até o dia 27/03. Os membros da CTBIO devem contribuir com essa NT até o dia 03/04.**

Referente à Cláusula 167, item 4 de pauta, na porção do Estado de Minas Gerais, o Sr. Bruno Pimenta informou que o cronograma de obras foi entregue no dia 01/03 e o orçamento preliminar será entregue no dia 01/04. O representante do IBAMA/MG relatou que gostaria de rediscutir o cronograma e reavaliar as propostas, pois a princípio não está acatando o cronograma, uma vez que o projeto deveria ser entregue em 2020 e no cronograma consta a data de 2022, sugerindo discutir o tema em reunião específica. O Sr. Bruno informou que esse atraso se deve pela complexidade do projeto e não pela restrição orçamentária, ele perguntou se a lista completa dos equipamentos já foi entregue. O representante do IBAMA/MG relatou que a lista completa já foi enviada mas ainda não é a lista final. Na porção do Estado Espírito Santo, o Sr. Bruno Pimenta relatou que o levantamento cadastral topográfico do terreno foi realizado e a previsão de entrega do relatório para o IBAMA é no dia 20/03. Relatou que a Renova solicitou estimativa do prazo de desimpedimento do terreno e o IBAMA/ES informou, pelo Ofício nº 59/2019/SUPES-ES que iria solicitar essa previsão à prefeitura. Relatou ainda que o mapeamento de uso e ocupação do solo foi agendado para o dia 14/03. O Sr. Vinícius Lopes, representante do IEMA, informou que o IEMA não tem mais interesse em realizar a gestão compartilhada do CETAS/ES com o IBAMA/ES, frisando que esse projeto é para atender a fauna de todo o Estado e não somente das entidades citadas acima, reafirmou que o Estado arcará com os custos dos animais e somente a gestão não será mais compartilhada. O Sr. João Carlos relatou que infelizmente não houve um entendimento político mas o projeto não pode ser interrompido e deve seguir em frente.

Referente à Cláusula 168, item 5 de pauta, o Sr. Bruno Pimenta apresentou o follow-up da cláusula, informando que a campanha da estação chuvosa está em andamento e tem previsão de encerramento no final do mês de março. Informou que, devido as particularidades do local, adequações no terreno foram feitas e as parcelas 22 e 23 foram impedidas, assunto alinhado com o IBAMA/MG. O Sr. Roger Borges, representante da Ramboll, relatou a preocupação com a análise dos dados, que os transectos não foram discutidos nos documentos, que eles irão gerar uma grande lista de espécies e não se sabe como esses dados serão apresentados e analisados. O Sr. Bruno informou que a preocupação é legítima e ocorrem em outros programas, que é preciso esperar o primeiro ano se encerrar para analisar os resultados, pois pode se chegar em resultados funcionais ou não. O Sr. Leandro Chagas relatou que a Renova apresentou um novo produto e que está pendente de análise, solicitou que as considerações discutidas e registradas acima, bem como melhor detalhamento das mudanças e gradiente de controle, entrem na terceira versão do plano. O Sr. Roger sugeriu inserir uma tabela comparativa das parcelas de influência e de controle. O Sr. Bruno relatou que a empresa Bicho do Mato já definiu quais parcelas são de controle e de influência e as justificativas para tal, frisando deixar claro que a entrega do plano pode ser suspensa, mas que não foi por reprovação da CT. Ficou definido que **a Renova deve apresentar o Plano de Trabalho da Avaliação Ecológica Rápida com as considerações dessa reunião, bem como a tabela de comparação entre as parcelas de controle e influência, até o dia 29/03. O Sr. Mauro, representante do IBAMA, irá minutar a análise desse Plano de Trabalho com as alterações inseridas pela Renova, até o dia 12/04.** Sobre o Plano de Ação para conservação da biodiversidade terrestre do Rio Doce, o Sr. Bruno informou que aguarda a aprovação do CIF e CTBIO e que o sumário será publicado até 90 dias após a aprovação. O Sr. Mauro informou que o Plano de Ação foi aprovado pelo CIF e pela CTBIO e cabe a emissão de uma deliberação com essa informação e para que as ações em campo se iniciem. Os representantes da Renova informaram que a Cláusula 168 é de caráter reparatório e ações compensatórias não podem entrar nesse programa, sugeriram que o CIF defina os responsáveis por cada ação a ser tomada. O Sr. Mauro informou que o tema foi amplamente discutido nas oficinas e deve ser definido quem irá arcar com as ações compensatórias, cada responsável por ação deve apresentar uma estimativa de custo e o GAT deve ser mobilizado para consultar os órgãos públicos. **O Sr. João Carlos informou que o tema deve ser definido até a reunião da CTBIO do mês de maio e levar a questão à reunião do CIF do mês de maio, já com a definição das ações reparatórias e compensatórias, os responsáveis pelas ações e a estimativa de custo das mesmas, para que a proposta esteja mais passível de aprovação. Ficou definido que o GAT ficará responsável pela definição dessas ações.**

Referente ao Sistema de Banco de Dados, item 14 de pauta, o Sr. João Carlos informou que na reunião realizada com a RRDM foi apresentada uma proposta mais robusta e detalhada, com uma estrutura de dados muito grande e a maioria dos softwares livres. Relatou que até o final do mês de março existe a

proposta de entrega do Plano de Trabalho. O Sr. Bruno Pimenta relatou que a empresa está em processo de contratação e um alinhamento com os órgãos ambientais e RRDM será feito para melhor aplicabilidade e interação dos sistemas, frisando que todos estão com expectativas que tudo ocorra bem.

Referente ao mapa da Área Ambiental 1 (AA1), item 17 de pauta, o Sr. João Carlos relatou que as CT's irão se posicionar em relação à AA1 até o dia 20/03, o GAT/CIF ficou responsável de compilar as ideias em um posicionamento. Relatou que o **IEMA deve dar um posicionamento em relação ao Estado do ES e o IEF em relação ao Estado de MG, esse posicionamento deve ser até o dia 20/03.**

Referente às Lagoas Marginais, item 8 de pauta, a Sra. Nilcemar apresentou a Minuta de NT CTBIO/2019 referente às Lagoas Marginais, informando que faltou detalhamento na metodologia, bibliografia e análise dessas lagoas. Sugeriu que as lagoas sejam estudadas de forma integrada e não isoladas, focando na sua função biológica de reprodução das espécies aquáticas e no trecho por um todo, não nas lagoas de forma isolada. Relatou que vários fatores interferem nas lagoas e o que mais interfere é a vegetação ao seu entorno, frisou que não é recomendado que se utilize viveiros de espécies nativas em áreas de inundação e devem ser utilizadas técnicas de renaturalização. O Sr. Vinícius Lopes relatou que não se pode pensar em restaurar as lagoas como elas eram inicialmente e sim pensar na sua função na renaturalização, ter um objetivo a ser alcançado e minimizar retirar as lagoas da sua estabilidade. A Sra. Nilcemar concluiu que a complexidade dos fatores que interferem nas lagoas é enorme e que o entorno das lagoas é o que favorece a complexidade da biodiversidade da lagoa, sendo importante recuperar os micro-habitat e a função da lagoa marginal, não necessariamente a lagoa por si só, recomenda também a revisão bibliográfica. **Ficou definido que a Sra. Nilcemar irá atualizar a NT e enviará para o drive da CTBIO para compartilhamento com os membros. Os membros deverão contribuir com a NT até o dia 15/03.**

Referente à Transposição de Peixes das UHE's Candonga e Baguari, itens 9 e 10 de pauta, ocorreu um debate sobre o tema e o IEF, IEMA, Rosa Fortini, IBAMA e Fundação Renova deverão enviar um parecer com os resultados discutidos internamente nos órgãos sobre o tema. Ficou definido que o **Sr. Vinícius Lopes enviará um e-mail com a provocação de envio do parecer dos órgãos** e o IEF será o ponto focal do tema na CTBIO, **apresentando um documento compilado com as contribuições recebidas na próxima reunião ordinária da CTBIO.**

Referente à Nota Técnica sobre descumprimento de prazos, item 11 de pauta, o Sr. Leandro Chagas informou que a CTBIO deve elaborar uma NT de repactuação de prazos factíveis com a Renova e enviar ao CIF. Sugeriu que a NT seja desmembrada por cada ponto focal das cláusulas e **se prontificou a inserir no Drive da CTBIO um modelo por cláusula e ponto focal até o dia 20/03. Os pontos focais devem minutar tudo o que aconteceu e a CTBIO irá oficializar as NT's com o histórico das tratativas e o CIF definirá o que será feito.**

Referente ao impacto do rejeito nos corais de Abrolhos e nos pescadores da Resex de Cassurubá/BA, itens 19 e 20 de pauta, o Sr. João Carlos sugeriu marcar uma reunião presencial com o professor Heitor e discutir os itens 19 e 20 da pauta. A Sra. Amanda, representante do INEMA, informou que a presença nessa reunião de alguém da secretaria de meio ambiente da Bahia seria ideal. Sugeriu que esse alinhamento com a CTBIO, membros dos órgãos ambientais e Renova seja feito antes da reunião com as comunidades, frisando que outras comunidades de pescadores da região devem ser envolvidas no tema. Ficou definido que **será realizada uma reunião para alinhamento do tema impacto em Abrolhos, com a participação do Prof. Heitor, Secretaria de Meio Ambiente da Bahia, Renova e membros da CTBIO no dia 21/03 em Vitória/ES.**

Referente ao repasse da análise sobre o orçamento da CTBIO/2019 apresentado pela Fundação Renova, item 12 de pauta, o Sr. João Carlos informou que as Câmaras Técnicas se demonstraram incapazes e inseguras de realizar a análise do orçamento e dar um parecer ao CIF. Colocou que o orçamento de 2019 está aprovado pelo Conselho Curador da Renova e falta apenas uma apresentação ao CIF. Ficou definido **que a CTBIO não se sente segura em analisar um orçamento tão complexo e o tema deve ser discutido na próxima reunião intercâmaras.**

Referente à definição dos programas, ficou definido que **a coordenação da CTBIO enviará a NT com os ajustes das definições dos programas até 20/03** para contribuição dos membros. **Os membros devem contribuir na NT até o dia 28/03 e o tema deverá ser pauta na 33ª Reunião Ordinária da CTBIO (03 e 04 de abril).**

JOÃO CARLOS ALCIATI THOMÉ

Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos Alciati Thome, Coordenador CTBIO**, em 07/06/2019, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **5191234** e o código CRC **8D2A3502**.